

Uma revisão sistemática sobre o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020)

A systematic review on the National Plan of Education (NPE 2011-2020)

Carla da Silva Santana*
Valéria Meirelles Carril Elui**
Regina Yoneko Dakuzaku Carretta***

RESUMO

O Plano Nacional de Educação (PNE), como proposta da sociedade brasileira para a educação, estabelece vinte metas educacionais que o País deverá atingir no prazo de dez anos. Diante do importante debate em toda a sociedade civil e da relevância da produção científica acadêmica em torno deste tema, desenvolvemos este estudo de revisão sistemática de literatura que buscou identificar a produção científica que abordava esta temática em periódicos científicos. A pesquisa foi realizada nas bases de dados SciELO, EBSCOhost e Google Acadêmico com as palavras-chave: “Plano Nacional de Educação”, “Plan Brasileño para la Educación” e “Brazilian National Plan of Education”. Aplicados os critérios de inclusão e exclusão, obtivemos um total de dezenove artigos científicos que foram lidos e descritos a partir das categorias “políticas públicas e o Plano

-
- * Professora doutora do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, docente do curso de graduação em Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP. Mestre em Educação pela Unimep. Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da USP e pós-doutora pela Universidade de Oxford. E-mail: carla.santana@fmrp.usp.br.
- ** Professora doutora do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, docente do curso de graduação em Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP. E-mail: velui@fmrp.usp.br.
- *** Professora doutora do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, docente do curso de graduação em Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP. E-mail: reginadc@fmrp.usp.br.

Nacional de Educação - PNE 2011-2020”; “Formação, educação e valorização do magistério público”; “educação superior e a pós-graduação no PNE” e “Políticas para a inclusão e diversidade no novo PNE”. Os resultados do estudo apontam os avanços em vários pontos do novo Plano, tais como, a valorização dos professores da educação básica, formação em pós-graduação de 50% desses profissionais, equiparação do rendimento médio dos profissionais com mesma escolaridade; o incremento do investimento oriundo do PIB e a criação do Fórum Nacional de Educação para controle social e acompanhamento do PNE. Porém há muitos desafios, como a avaliação e o acompanhamento contínuo deste novo plano, além da articulação entre os entes federativos e o controle pela sociedade. **Palavras-chave:** Plano Nacional de Educação; revisão sistemática; educação.

ABSTRACT

The National Plan of Education, as the Brazilian society’s proposal for education, sets twenty educational goals that the country must reach within ten years. Given the important debate across civil society and the relevance of academic scientific production around this topic, this study developed a systematic literature review aimed at identifying the scientific literature addressing this issue. The survey was conducted in SciELO, EBSCOhost and Google Scholar databases with the following keywords: “Plano Nacional de Educação”, “Plan Brasileño para la Educación” and “Brazilian National Plan of Education.” Applied the inclusion and exclusion criteria, we obtained a total of nineteen papers that were read and described based on the following categories: “public policies and the National Plan of Education – PNE 2011-2020”; “Training, education and appreciation of the public teaching”; “higher education and graduate studies in PNE” and “Policies for the inclusion and diversity in the new PNE.” Results show the progress at various segments of the new plan, such as the appreciation of elementary school teachers, graduate studies for 50% of these professionals, equal average income for professionals with the same education; the increment of investments coming from the GDP, and the creation of the National Forum of Education for social control and monitoring of PNE. But there are still many challenges, such as the ongoing assessment and monitoring of this new plan, besides the coordination of federal entities and control by society.

Keywords: National Plan of Education; systematic review; education.

RESUMEN

El Plan Nacional de Educación (PNE), tal como propuesta de la sociedad brasileña para la educación, establece veinte metas educativas que el país debe alcanzar en diez años. Dado el importante debate en la sociedad civil y la relevancia de la producción científica académica en torno a este tema, desarrollamos un estudio de revisión sistemática de la literatura dirigida a la identificación de la literatura científica que aborda este tema en las revistas científicas. La encuesta se realizó en las bases de datos SciELO, EBSCOhost y Google Scholar con las palabras clave: “Plano Nacional de Edu-

cação”, “Plan Brasileño para la Educación” y “Brazilian National Plan of Education.” Aplicados los criterios de inclusión y exclusión, se obtuvo un total de 19 artículos que han sido leídos y descritos a partir de las categorías de “políticas públicas y el Plan Nacional de Educación - PNE 2011-2020”; “Formación, educación y apreciación de la enseñanza pública”; “La educación superior y de postgrado en el PNE” y “Políticas para la inclusión y la diversidad en el nuevo PNE.” Los resultados del estudio indican que los avances en varios puntos del nuevo plan, como la apreciación de los maestros de educación básica, la formación de postgrado en el 50% de estos profesionales, la equiparación del ingreso promedio de los profesionales con la misma educación; el incremento de la inversión procedente del PIB y la creación del Foro Nacional de Educación para el control social y el seguimiento del PNE. Pero hay muchos retos, como la evaluación y el seguimiento permanente de este nuevo plan, además de la coordinación entre las entidades federativas y de control de la sociedad.

Palabras clave: Plan Nacional de Educación; revisión sistemática; educación.

O PNE 2011-2020 encontra-se em análise e aguarda aprovação pelo Senado

Introdução

Após um longo período desde sua proposição, o Plano Nacional de Educação PNE 2011-2020 encontra-se em análise e aguarda aprovação pelo Senado para que, por fim, seja sancionado. De acordo com o Ministério da Educação, o PNE proposto apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas, seguidas de estratégias específicas de concretização. As metas seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), assim tanto as metas quanto as estratégias conferem iniciativas para os diferentes níveis, modalidades e etapas educacionais (Portal MEC).

As metas para a educação expostas no PNE estão na tabela a seguir.

Tabela 1 – Descrição das metas do PNE 2011–2020

Metas	Descrição
1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos.
2	Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos.
3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nessa faixa etária.

As metas seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

4	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.																												
5	Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os 8 anos de idade.																												
6	Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de Educação Básica.																												
7	<p>Atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb):</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ideb</th> <th>2011</th> <th>2013</th> <th>2015</th> <th>2017</th> <th>2019</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Anos iniciais do EF</td> <td>4,6</td> <td>4,9</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> <td>5,7</td> <td>6,0</td> </tr> <tr> <td>Anos finais do EF</td> <td>3,9</td> <td>4,4</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> </tr> <tr> <td>Ensino Médio</td> <td>3,7</td> <td>3,9</td> <td>4,3</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> </tr> </tbody> </table>	Ideb	2011	2013	2015	2017	2019	2021	Anos iniciais do EF	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0	Anos finais do EF	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	Ensino Médio	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2
Ideb	2011	2013	2015	2017	2019	2021																							
Anos iniciais do EF	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0																							
Anos finais do EF	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5																							
Ensino Médio	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2																							
8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.																												
9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.																												
10	Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.																												
11	Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio assegurando a qualidade da oferta.																												
12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos assegurando a qualidade da oferta.																												
13	Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.																												
14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.																												
15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores de educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.																												
16	Formar 50% de professores da educação básica em nível de pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i> , garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.																												
17	Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de 11 anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.																												

Redução da
desigualdade
educacional

Valorizar o
magistério público
da Educação Básica

18	Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.
19	Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.
20	Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país.

Ampliar progressivamente o investimento público em educação

Fonte: Portal mec.gov.br. Acesso em: 3 de maio de 2013.

De acordo com Dourado (2010), é necessário avaliar o PNE como política pública, na qualidade de expressão da articulação entre epistemologia e política, subjetividade e objetividade, cotidiano e estrutura social. Essa análise deve pressupor que a avaliação de uma política pública é resultante de condições objetivas em que ela é proposta e/ou efetivada e, nesse sentido, deve ser resultante do exercício acadêmico pautado pela razão crítica presente em embates e em opções teóricas perante o conhecimento atual.

Dado o debate que se estabelece em educação e em diferentes áreas do conhecimento sobre o novo plano com suas diretrizes, metas e estratégias propostas para nortear a educação brasileira, está sendo proposta esta revisão do material científico que a academia tem produzido acerca desse debate. As revisões de literatura têm tido um importante papel em organização do conhecimento científico, uma vez que possibilita agregar os estudos desenvolvidos na área de forma sintética e ordenada destacando-se os pontos dos quais esses estudos aproximam-se, complementam-se, convergem ou divergem, classificando-os no âmbito de tipos de estudos, objeto de estudo, resultados e considerações que trazem. As revisões possibilitam ao leitor o acesso a uma ampla diversidade e complexidade de estudos relevantes em um curto espaço de tempo (GALVÃO, et al, 2004).

A avaliação de uma política pública é resultante de condições objetivas em que ela é proposta

Método

A pesquisa bibliográfica foi realizada em bases de dados científicos SciELO e EBSCOhost por disponibilizarem grande conteúdo de pesquisas em Educação e Ciências Humanas. Visando à captação de artigos que estivessem publicados em periódicos não indexados às bases citadas, foi acessado o *site* de busca Google Scholar com os mesmos descritores até à décima página eliminando-se os artigos já encontrados em bases anteriormente consultadas. Os descritores consultados foram “Plano Nacional de Educação”, “Plan Brasileño para la Educación” e “Brazilian National Plan of Education”. As bases de dados científicos foram acessadas durante o mês de abril de 2013, obtidos, ao todo, 48 textos

científicos. Os critérios de inclusão foram somente artigos científicos publicados no período de janeiro de 2010 a abril de 2013, em línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Foi definido como critério de exclusão o descarte de artigos que não pertencessem ao período determinado, não tratassem de PNE 2011 – 2020 e não tratasse de PNE brasileiro. Aplicando-se os critérios de exclusão, os artigos foram reduzidos a 19 textos científicos: SciELO – 12 textos; EBSCOhost – zero; Google Scholar – sete. Após a delimitação dos estudos a serem revisados, realizaram-se a leitura do material e a organização dos artigos em categorias a partir da similaridade que apresentavam.

Resultados

Os artigos científicos são propositivos, reflexivos e de natureza teórica, desenvolvidos por especialistas nessas temáticas e apresentados nas seguintes categorias: as políticas públicas e o PNE 2011 – 2020; a formação, a educação e a valorização do magistério público; os desafios para a Educação Básica (EB) e a Educação Profissional (EP); a educação superior e a pós-graduação e políticas para a inclusão e diversidade no novo PNE.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PNE 2011 - 2020

O artigo de Bollmann (2010) analisa as principais iniciativas do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) em suas contribuições às políticas de educação no Brasil, em particular, ao PNE. A autora traz questionamentos sobre os motivos que levaram o FNDEP a elaborar um PNE, em 1996, a conjuntura e os participantes dessa construção. Questiona as concepções que sustentaram essa elaboração, os procedimentos que foram utilizados nesse percurso, o impacto desse processo do ponto de vista da participação e da elaboração, da discussão e do consenso obtido. Traz ainda os aspectos relativos ao envolvimento do Poder Legislativo (Congresso Nacional), do Poder Executivo (MEC) e das prefeituras. Aponta, também, as formas de divulgação do processo, os apoios recebidos e as concepções subjacentes à elaboração atual, o significado e a importância da Conferência Nacional de Educação (CONAE) na elaboração do novo Plano, os caminhos do PNE – proposta da sociedade brasileira. A autora reconhece que esses questionamentos sugerem a necessidade de estudos e de pesquisas no campo acadêmico que tenham como intenção contribuir para essa discussão, sobretudo por sua importância para a história da educação no Brasil. Conclui que há necessidade de rever as contribuições do PNE para buscar inspirações e subsídios para o novo plano.

O estudo de Santos (2010) destacou alguns pontos que caracterizaram o processo de elaboração do parecer e do projeto de resolução das

diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental (EF) de nove anos (Parecer CNE/CEB nº 11/2010), encaminhados ao ministro da Educação com fins de contribuir com futuros estudos que buscassem discutir uma política pública considerando-se seu processo de elaboração, os atores envolvidos, as disputas e os interesses em jogo. Buscou ainda estabelecer um diálogo dessa proposta de diretrizes com PNE elaborado pela CONAE. A autora destaca que o exame do PNE e do projeto das diretrizes nacionais do EF de nove anos encaminhado pelo CNE mostra que, mesmo se tratando de documentos de natureza e fins distintos, há uma grande convergência de ideias entre eles, fruto do percurso de sua construção e da presença de atores que participaram dos dois processos. Apresenta um breve relato sobre a trajetória das diretrizes e discute as principais convergências das diretrizes curriculares nacionais para o EF e o PNE. Destaca que os dois documentos em questão foram produzidos com uma ampla representação dos diferentes grupos que atuam no campo educacional. Identifica e explica por que determinados aspectos no processo de construção desses textos políticos são excluídos, enquanto outros são inseridos, bem como as diferenças de ênfases que são dadas aos diversos tópicos abordados em distintas versões de um documento. Ressalta que esse tipo de análise tornar-nos-á conscientes da situação presente e fornecerá elementos para a elaboração de um programa ou de uma agenda de trabalho em prol de futuras conquistas.

Oliveira (2011) discute as políticas educacionais na atualidade buscando analisar o contexto que engendra a CONAE, sua principal proposta e os desdobramentos a partir de sua realização até à apresentação do Projeto de Lei nº 8.035/10, que propõe o novo PNE; identifica como principal proposição a constituição de um Sistema Nacional de Educação (SNE); procura também compreender as razões que poderiam explicar tal proposição, após duas décadas de reformas que apontam para a descentralização e a desregulamentação, e os conceitos que podem orientar a organização sistêmica em educação. O texto busca explorar a relação entre políticas de governo e política de Estado, trazendo algumas indagações sobre os riscos e as possibilidades de mudança no plano legal, que poderiam enfrentar os principais problemas apontados para a educação brasileira na atualidade, demonstrando a contradição entre a proposição de sistema defendida na CONAE e sua ausência no Projeto de Lei do novo PNE. A autora considera que o contexto atual demanda maior coesão nacional para combater a fragmentação que tem caracterizado nosso sistema educacional. Reitera que promover mais coesão exige mecanismos de gestão que garantam os níveis básicos entre os diferentes entes federativos responsáveis pelos distintos níveis e pelas etapas da educação neste país, e que o problema central reside na articulação entre as diferentes esferas administrativas, ou seja, na articulação de União, Estados e Municípios. Talvez por essa razão, a

Convergência de ideias entre o PNE e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, fruto do percurso de sua construção e da presença de atores que participaram dos dois processos

O contexto atual demanda maior coesão nacional para combater a fragmentação que tem caracterizado nosso sistema educacional

constituição, ainda que tardia, de um sistema nacional de educação deva ser garantida no novo PNE cujo projeto de lei encontra-se em tramitação, porém sem propor mecanismos eficazes de solução para esse problema.

Refletir e articular sobre a educação como política pública, seus referenciais – setoriais e globais – e o papel de educadores como mediadores para a proposição e a implementação de políticas educativas foi o texto proposto por Azevedo (2010). Destaca a importância do campo educacional e, em particular, de suas entidades organizadas que vêm dando continuidade às mobilizações com vistas a concretizar o novo PNE. Argumenta que tais iniciativas corroboram para que a educação venha a se erguer no Brasil como uma política de Estado comprometida com a equação de problemas educacionais. Considera que o plano, em seu devir, não pode ser concebido como algo estático, e, sim, como instrumento capaz de incorporar reconstruções, redirecionamentos, no processo almejado de passagem de uma situação para outra (BARBIER, 1991). Em virtude de ter sempre por alvo o porvir, é que Muller considera o futuro de sociedades o objeto de políticas públicas. Por isso, afirma “[...] uma política pública pode ser analisada como um espaço no seio do qual uma sociedade (ou melhor dizendo, certos atores sociais) se projetam no futuro” (MULLER, 2000a, p. 195).

O texto proposto por Cury (2010) resgata a evolução dos planos anteriores. Analisa a exposição de motivos do plano, o texto legal, seus anexos e os grandes desafios do PNE para que, dessa vez, o plano possa vir a ser bem-sucedido. Entre os principais temas, deve-se destacar o papel da União no sistema federativo brasileiro, com especial atenção para a denominada função supletiva, o regime de colaboração e os recursos financeiros. O passado alerta para certos pontos a serem vistos com grande acuidade: o papel supletivo da União, os desacertos no financiamento, a omissão dos entes federativos e certa consciência de que tais planos são mais um otimismo exagerado do *wishfull thinking* (tomada de decisão baseada mais em desejo que em bases racionais, ou considerando um desejo como se ele já fosse realidade) que imposições vinculantes, realistas e exigíveis para a satisfação de um direito da cidadania e dever do Estado. Considera que, em relação ao atual plano, há uma base constitucional mais direta que o sustém, seja pelo dispositivo que cria o SNE, seja pela referência a um financiamento mais consoante com o previsível crescimento da área e da urgência no padrão de qualidade. Em termos de políticas públicas, os efeitos esperados de um plano podem ficar preponderantemente na afirmação de uma nobre intenção, sem que venham a ser uma efetiva ação constitutiva. Sem o aumento de recursos da União para a EB, sem a transferência para os entes federativos, sem um grau elevado de transparência e de *accountability* (responsabilidade para um resultado), dificilmente as estratégias poderão ser levadas adiante a fim de atingir metas propos-

Iniciativas corroboram para que a educação venha a se erguer no Brasil como uma política de Estado comprometida com a equação de problemas educacionais

Em relação ao atual plano, há uma base constitucional mais direta que o sustém

tas. De acordo com o autor, essa análise exploratória e inicial do texto enviado ao Congresso é um indicador de que continuam os desafios para a consecução das metas do PNE.

No âmbito de fazer indicações para a construção do SNE e sua articulação com o PNE, é que o texto de Saviani (2010b) está sendo proposto. O autor considera que o SNE deve fixar as seguintes posições: 1. construir um conjunto unificado que articule todos os aspectos da educação com normas e procedimentos válidos em todo o país; 2. o sistema deve ser público, compreendido como dever de Estado (não de governo); 3. a instância normativa e deliberativa corresponde ao Conselho Nacional da Educação (CNE) tendo funções correspondentes ao Legislativo e Judiciário; 4. a construção do sistema deve fundamentar-se no regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios; 5. a educação deve ter como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, preparar o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Conclui que não se pode desperdiçar o momento histórico para construção do SNE, momento perdido em outras três oportunidades, a saber, a primeira, na década de 30, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e com a Constituição Federal de 1934; a segunda, na Constituição Federal de 1946; a terceira, na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN. Lei nº 9.394, em decorrência da atual Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988.

Saviani (2010a) analisa a organização da educação e busca indicar elementos para implantação do SNE tendo o CNE como instância normativa e deliberativa e articulado com o PNE e com o Fórum Nacional de Educação. O autor tem como objeto de estudo o SNE, o CNE, o PNE e o Fórum Nacional de Educação. Analisa, historicamente, a organização educacional, a construção política e oficial da LDB e as indicações para a construção do SNE. Coloca elementos necessários para a elaboração do SNE articulada com o PNE; aponta a importância do Fórum Nacional de Educação para o acompanhamento e avaliação do PNE.

O artigo de Oliveira (2012) busca refletir sobre o direito à educação (igualitário), o federalismo (diferenciador) e as disputas atuais pelas opções de política educacional no Brasil. O direito à educação aponta para a igualdade entre todos os cidadãos. Por outro lado, o federalismo fundamenta-se na ideia de que os membros federados apresentam diferenças e possuem certo grau de autonomia. Sendo assim, há necessidade de ação mais efetiva para suprir as deficiências regionais demandando maior financiamento para a educação considerando-a direito de todos e a grande diversidade existente em nosso país.

Não se pode desperdiçar o momento histórico para construção do Sistema Nacional de Educação

Há necessidade de ação mais efetiva para suprir as deficiências regionais demandando maior financiamento para a educação

FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO

No âmbito dos textos científicos que têm a especificidade de tratar da formação, da educação e da valorização do magistério público, des-

Necessidade de se
avançar em uma
formação
voltada para o
modelo pedagógico-
didático de
professores
aprofundando
na articulação da
formação inicial
com a formação
continuada

tacamos o estudo de Scheibe (2010), que discute sobre a valorização e a formação do professor na EB, assim como aborda questões desafiadoras, tais como: a indissociabilidade entre a valorização, a formação e outras condições para o trabalho docente – a condição de trabalho, a carreira e a remuneração. Reitera a necessidade de se avançar em uma formação voltada para o modelo pedagógico-didático de professores aprofundando na articulação da formação inicial com a formação continuada e a busca constante da relação entre os locais de formação, sistemas de ensino e escolas básicas. Avalia a formação e a ação docente, em especial com foco na formação continuada, trazendo à luz da discussão os limites à educação a distância. A autora considera que cabe ao novo PNE estabelecer prioridades para a continuidade do trabalho que hoje amplia a valorização e a formação desejada, corrigindo percursos, introduzindo novas ações e formulações legislativas, abrindo as possibilidades de participação do coletivo educacional para a formulação dos encaminhamentos necessários.

O texto de Zuin (2010) contribui para a reflexão sobre o modo como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) foram consideradas na CONAE e que servirão de base para o PNE. O artigo busca refletir sobre a forma pela qual a educação incorpora as tecnologias, especialmente o que diz respeito à formação do professor e à introdução das tecnologias midiáticas na escola. Aponta que existe um incentivo à presença de práticas educacionais que promovam o desenvolvimento de tecnologias educacionais e recursos pedagógicos apropriados ao processo de aprendizagem, laboratório de informática, pesquisa *on-line* e intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre instituições de ensino, pesquisa e extensão (CONAE, 2010, p. 32-33). O autor considera que “se há dificuldade no ensino presencial, no tocante ao acompanhamento e avaliação, o que seria na Educação a Distância (EaD)?” Destaca o ponto da tecnofobia e o uso da EaD na educação continuada e reitera que não basta ter conhecimento para acessar uma infinidade de informações por meio da internet se falta a necessária capacidade de relacionar os conteúdos entre si; afirma haver uma relação de descontinuidade e temporalidade entre os conteúdos. Reflete, ainda, que as políticas públicas educacionais devem incorporar a necessidade imperiosa de discussão sobre o modo como os recursos tecnológicos ressignificam as características das teorias e práticas pedagógicas e dos processos de construção das identidades dos agentes educacionais.

Não basta ter
conhecimento para
acessar uma
infinidade de
informações por
meio da internet se
falta a necessária
capacidade
de relacionar os
conteúdos entre si

OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA E PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O estudo de Vieira (2010) busca destacar aspectos da oferta da educação infantil no país nos últimos dez anos. A autora questiona se as metas sugeridas pela CONAE para crianças pequenas consideram as tendências de cobertura de acesso observadas nos últimos dez anos

e se promovem investimento na perspectiva do marco legal que vem sendo construído nas últimas duas décadas. A autora considera que o documento final da CONAE está sintonizado com o marco legal e a conceituação sobre a educação infantil como a primeira etapa da EB, ofertada em espaços não domésticos, institucionais, de acordo com o projeto pedagógico e com professores habilitados. Atenta para prosseguir com objetivos de garantir a democratização do acesso à educação infantil no que pressupõe qualidade, integrar as metas, conhecer os défices e apurar demandas por creche usando metodologias diversificadas. Conhecer as demandas por meio de censo da educação infantil é tarefa governamental, bem como os indicadores de acompanhamento das metas. Deve haver uma sintonia dos planos nacionais de investimentos sociais e econômicos com os planos estaduais e municipais da educação.

Analisar a avaliação da EB no Brasil tendo por base as tendências de avaliação no cenário internacional, as orientações da LDBEN as políticas e os exames nacionais, desde os anos 1990, foi a proposta do texto de Oliveira (2010). O autor articula dialogicamente a avaliação do PNE 2001 – 2010 com as proposições do documento final da CONAE 2010. O autor considera que a avaliação democrática da educação, conforme consubstanciada na CONAE, deve, expressar-se por meio de diretrizes, metas e estratégias no PNE (2011 – 2020). Trata-se de pensar uma política nacional de avaliação nos termos do SNE, entendida como um processo contínuo de uma política de Estado, que contribua para o desenvolvimento da educação nacional, resultando em uma educação de qualidade socialmente referenciada.

O estudo de Kuenzer (2010) discute sobre as propostas para o Ensino Médio (EM), que deverão ser contempladas no PNE, e analisa os dados referentes ao acesso e à qualidade do EM no âmbito do PNE 2001 – 2010. O texto traz questões, como a universalização do EM com qualidade e a universalização do acesso. Chama a atenção para questões, como: garantia de permanência e do sucesso por meio de políticas de assistência ao estudante; construção da qualidade social, da organização curricular, dos padrões mínimos e a formação de professores. Destaca como grande desafio para o PNE 2011 – 2020 conferir materialidade ao discurso da EB como direito de todos e responsabilidade do Estado, por meio da institucionalização do SNE como instância integradora de esforços pela democratização da oferta do EM com qualidade mediante uma prática integradora entre os poderes públicos. Sugere a realização de estudos e diagnósticos consistentes para uma base de dados para permitir o acompanhamento de indicadores de acesso, permanência, articulados os dados de emprego e renda.

Amaral (2010) discute sobre o financiamento da EB e o PNE 2011 – 2020. O texto busca realizar e analisar projeções para creches, Educação Infantil, EF e EM referenciando o financiamento a partir do PIB. O autor

Deve haver uma sintonia dos planos nacionais de investimentos sociais e econômicos com os planos estaduais e municipais da educação

Grande desafio para o PNE 2011–2020 conferir materialidade ao discurso da Educação Básica como direito de todos e responsabilidade do Estado

Brasil teria riqueza para promover o salto qualitativo e quantitativo em seu sistema educacional

também compara o Brasil a outros países considerando basicamente o percentual da população em idade escolar, o PIB/PPP (*Purchasing Power Parity*/paridade de poder de compra) *per capita* e percentual do PIB/PPP aplicado em educação, e os recursos financeiros aplicados por pessoa em idade educacional. A partir dessa análise, o autor aponta que há um grande desafio em atingir a meta de financiamento em 2020 para EB considerando também o aumento do patamar de investimento do PIB ao longo do período do PNE (6,23% para 8%). Finalmente, o autor também aponta que o Brasil teria riqueza para promover o salto qualitativo e quantitativo em seu sistema educacional.

A discussão sobre a relação entre a EP e a EB, especialmente o EM, tendo como pressuposto a educação como direito igualitário de todos considerando a elaboração do novo PNE, foi trazida por Moura (2010). O texto faz uma síntese histórica da relação entre EB e EP considerando-se a dualidade estrutural e a funcionalidade da educação ao modelo do desenvolvimento econômico. Discute ainda, a relação entre EP e EM nos anos 2000 e suas perspectivas no âmbito do novo PNE levando-se em consideração a produção acadêmica, os principais acontecimentos e os documentos oficiais, particularmente, o documento final da CONAE 2010. O autor destaca a possibilidade concreta que tem a proposta de integração entre a EP e o EM, fundamentada nos princípios da politecnicidade, de contribuir para o rompimento da dualidade estrutural entre ambos, bem como visando à sua qualificação social conferindo-lhes maior sentido para os adolescentes, jovens e adultos brasileiros, principalmente para os das classes populares. Aponta que tal perspectiva potencializará a formação de sujeitos autônomos, competentes tecnicamente e comprometidos politicamente com mudanças profundas no funcionamento das engrenagens, visando à construção de uma sociedade na qual possa haver igualdade substantiva entre os seres humanos estancando, assim, a produção, em larga escala, da deterioração do planeta, da concentração de riquezas, para uma pequena minoria, e do empobrecimento (ou sua manutenção) dos seres humanos.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PÓS-GRADUAÇÃO NO PNE

As contribuições do estudo de Goergen (2010) buscam destacar os aspectos centrais do documento final da CONAE 2010 em relação à educação superior, por meio do predomínio da ideologia neoliberal que apostou no economismo e no privatismo. O autor espera que a efetivação do SNE ajude a resgatar a dívida histórica do Estado de garantir educação de qualidade, em todos os níveis, para todo o povo brasileiro. Espera ainda que o MEC encaminhe o documento para diminuir o grande desafio, que é a necessidade de uma efetiva articulação entre a justiça social, educação e trabalho, resgatando uma atuação afirmativa do Estado como promotor da justiça e do bem-estar individual e coletivo.

Necessidade de uma efetiva articulação entre a justiça social, educação e trabalho

Em outro artigo, Cury (2010) articula uma análise entre os 35 anos do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) com os 45 anos da institucionalização da pós-graduação no sistema universitário nacional e o término do PNE. O autor chama a atenção para o fato de que o plano nacional de pós-graduação em “processo de construção” dá-se em um momento em que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ampliou o âmbito de aplicabilidade dando destaque ao fato de que a competência adquirida na pós-graduação está sendo posta em projetos que tenham por objetivo a formação inicial e continuada de docentes para se inserirem como profissionais na educação básica. O término do atual PNE traz a oportunidade de que o novo plano assegure uma maior articulação entre a pós-graduação e a graduação, especialmente aquela que cuida das licenciaturas.

PNE traz a oportunidade de que se assegure maior articulação entre a pós-graduação e a graduação, especialmente aquela que cuida das licenciaturas

POLÍTICAS PARA A INCLUSÃO E DIVERSIDADE NO NOVO PNE

Gomes (2010) discute a articulação entre o tema trabalho, educação, diversidade e inclusão como importante eixo do PNE. Destaca as estratégias políticas aprovadas na plenária final da CONAE envolvendo questões ambientais, raça, etnia, geração, campo, gênero, diversidade sexual, pessoas com deficiência e educação profissional. Discute a articulação entre trabalho, educação e diversidade apontando também sua inserção em demais espaços de decisão e a deliberação coletiva para a educação nacional.

Laplane e Prieto (2010) exploram as principais propostas que computaram o “Eixo VI – Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade” na CONAE 2010. Apresentam uma visão panorâmica sobre os temas desse eixo e suas implicações para a formulação do novo PNE. O documento final revela a difusão, a incorporação – em nível do discurso – e certo consenso em relação às ideias inclusivas. Esse consenso é reforçado pela permanência ou reiteração de reivindicações que constavam do PNE 2001 – 2010. O discurso inclusivo e a reivindicação de direitos dos vários grupos têm hoje uma penetração e uma difusão que são duradouras e indicativas de uma verdadeira vontade política de enfrentamento de complexos problemas educacionais que ainda se apresentam no Brasil. A tentativa de garantir, para cada grupo, uma política de abrangência nacional (PNE quilombola, política nacional de educação para o campo, política de educação ambiental entre outras) indica – do ponto de vista das autoras – uma estratégia de diferenciação que se apresenta como forma de os grupos verem contempladas suas necessidades particulares e especificidades, em muitos casos, pela primeira vez na história do país. O detalhamento das medidas e as propostas de transversalidade extra e intraeixos apresentam-se, por sua vez, como indícios de uma concepção que entende o sucesso de políticas

O documento final revela a difusão, a incorporação – em nível do discurso – e certo consenso em relação às ideias inclusivas

O novo PNE terá como tarefas principais articular as reivindicações dos grupos historicamente preferidos

educacionais dirigidas a cada grupo como uma função de medidas que envolvem tanto os outros eixos (papel do Estado, qualidade, gestão, formação de professores e financiamento) quanto os próprios temas do eixo VI (educação especial para EJA ou para a educação no campo; política de alfabetização e escolarização de mulheres, profissionais do sexo, travestis, transexuais; educação profissional articulada à educação ambiental etc.) e como função da intersectorialidade (ações articuladas com a saúde, o transporte, o trabalho). Em relação aos temas do eixo VI, o novo PNE terá como tarefas principais articular as reivindicações dos grupos historicamente preteridos, de modo a integrar os esforços na direção de atender às suas particularidades, sem pulverizar recursos e duplicar ações. Deverá reiterar as demandas já postas em algumas áreas, de modo que se constituam instrumentos propulsores da concretização de objetivos educacionais longamente acalentados pela sociedade brasileira. A análise de documentos preparatórios para o PNE mostra que, durante a última década, houve aumento de visibilidade dos temas do eixo, o que reflete em sua presença maciça na formulação de princípios e metas educacionais para a próxima década.

Considerações finais

Este estudo de revisão de literatura buscou congregiar as análises da academia em relação ao PNE 2011 – 2020, ainda em tramitação no Congresso como Projeto de Lei nº 8.035/10. Os autores aqui descritos reiteram que, embora haja o reconhecimento de que o novo PNE não traga a mesma força que o documento final da CONAE 2010 no que tange à proposta de articulação entre os entes federativos rumo à construção de um SNE, em outros aspectos, ele se apresenta como projeto tímido e pouco incisivo para apontar soluções para os grandes desafios da educação brasileira, tais como assinalam Cury (2012) e Oliveira (2011).

Os avanços do novo PNE dizem respeito, principalmente, ao financiamento, com o compromisso de se chegar ao final do decênio 2011–2020 com um investimento de 10% do PIB brasileiro em educação

Os avanços do novo PNE dizem respeito, principalmente, ao financiamento, com o compromisso de se chegar ao final do decênio 2011-2020 com um investimento de 10% do PIB brasileiro em educação. Outro progresso diz respeito à criação do Fórum Nacional de Educação para acompanhamento da implantação do PNE. Todavia Ramos (2012)¹ considera que, se o plano for executado da forma que está posto, será um grande avanço tendo em vista os ínfimos resultados do plano anterior. Considera-se que, embora arrojadas, as metas concernentes à valorização de professores, que preveem formação em nível superior de todos os professores da EB, formação em pós-graduação de 50% desses profissionais, equiparação do rendimento médio de profissionais com

¹ Ramos (2012) citado por Cienglinski na reportagem “A difícil equação”. *Revista Educação*, ed. 177, jan. 2012.

escolaridade equivalente, além de plano de cargos e carreiras, também representam um importante passo rumo à educação de qualidade.

No entanto o PNE 2011 – 2020 apresenta grandes desafios para uma educação brasileira de qualidade. Finalmente, os autores reconhecem que estamos diante de uma oportunidade ímpar que não se pode desperdiçar, dado o importante momento histórico para a construção do SNE. Reiteram, ainda, que o Brasil teria suficiência para promover o salto qualitativo e quantitativo em seu sistema educacional se houver financiamento, articulação entre os entes federativos e controle social.

Como conclui Bollmann (2010), o PNE deve configurar-se como objeto de pesquisa e estudos no campo acadêmico buscando contribuir para essa discussão, sobretudo por sua importância para a história da educação no Brasil.

Referências

AMARAL, N. C. Financiamento da educação básica e o PNE 2011-2020. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 4, n. 6, p. 123-141, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 26 abr. 2013.

AZEVEDO, J. M. L. Reflexões sobre políticas públicas e o PNE. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 4, n. 6, p. 27-35, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

BARBIER, J. M. *Élaboration de projets d'action et planification*. Paris: PUF, 1991. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfp_0556-7807_1994_num_108_1_2531_t1_0139_0000_1. Acesso em: 26 abr. 2013.

BOLLMAN, M. G. N. Revendo o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 maio 2013.

BRASIL. Conferência Nacional de Educação (CONAE), 2010, Brasília, DF. *Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação*. Documento final. Brasília, DF: MEC, 2010b. 164p. Disponível em: http://CONAE.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf. Acesso em: 26 abr. 2013.

_____. PROJETO DE LEI nº 8035/2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>. Acesso em: 6 maio 2013.

CURY, C. R. J. Por um novo Plano Nacional de Educação. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. 144, dez. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 1 maio 2013.

_____. O plano nacional de educação: o compromisso da universidade. *Revista e-curriculum*, São Paulo, v. 6 n. 1, dez. 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em: 26 abr. 2013.

DOURADO, L. F. Avaliação do plano nacional de educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul.-set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/03.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2013.

_____. PNE: avanços a passos lentos: entrevista. [fev/mar 2011]. São Paulo: **Revista Escola Pública**, Ano IV, n. 19, p. 6-10. Disponível em: <http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/19/artigo246413-1.asp>. Acesso em: 29 abr. 2013.

GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O.; TREVIZAN, M. A. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 3, p. 549-556, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v12n3/v12n3a14.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2013.

GOERGEN, P. Educação superior na perspectiva do sistema e do Plano Nacional de Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 maio 2013.

GOMES, N. L. Trabalho, educação e diversidade. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 6, p. 143-155, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

KUENZER, A. Z. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 maio 2013.

LAPLANE, A. L. F.; PRIETO, R. G. Inclusão, diversidade e igualdade na CONAE 2010: perspectivas para o novo Plano Nacional de Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 maio 2013.

MOURA, D. H. A relação entre a educação profissional e a educação básica na CONAE 2010: possibilidades e limites para a construção do novo Plano Nacional de Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 maio 2013.

MULLER, P. L'analyse cognitive des politiques publiques: vers une sociologie politique de l'action publique. **Revue Française de Science Politique**, 50e année, n.2, 2000a. Disponível em: <http://doc.sciencespo-lyon.fr/Signal/index.php?r=article/view&id=141111>. Acesso em: 1 maio 2013.

OLIVEIRA, J. F. A educação básica e o PNE/2011-2020. Políticas de avaliação democrática. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 6, p. 91-108, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 26 abr. 2013.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011 Disponível em :<http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 26 abr. 2013.

OLIVEIRA, R. L. P. Direito à educação e federalismo no Brasil. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 6, n. 10, p. 39-47, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

SANTOS, L. L. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 anos e o Plano Nacional de Educação: abrindo a discussão. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 maio 2013.

SAVIANI, D. Organização da educação nacional: sistema e conselho nacional de educação, plano e fórum nacional de educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 maio 2013.

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, ago. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 maio 2013.

SCHEIBE, L. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 maio 2013.

VIEIRA, L. M. F. A educação infantil e o Plano Nacional de Educação: as propostas da CONAE 2010. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 maio 2013.

ZUIN, A. A. S. O Plano Nacional de Educação e as tecnologias da informação e comunicação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 maio 2013.

*Artigo recebido em 6 de maio de 2013.